

Proposta de ajustes nas despesas do FAT e da Previdência

29 de Dezembro de 2014

Políticas para o Mercado de Trabalho nos governos Lula e Dilma

Aumento do poder de negociação dos trabalhadores, com forte geração de novos empregos formais e recuperação do peso dos salários no PIB:

- Construção de um amplo mercado de consumo de massa pela valorização do Salário Mínimo e ampliação do emprego
- Expansão dos benefícios da assistência social
- Incentivos à formalização
- Redução recorde de desemprego mesmo em contexto de crise mundial
- Incentivos à educação e qualificação da mão de obra – ENEM, FIES, cotas, PROUNI, expansão de Universidades e Escolas Técnicas Federais e PRONATEC

Novas Políticas para o Mercado de Trabalho

- Dar continuidade à política de valorização do salário mínimo
- Avançar na oferta de trabalho mais qualificada e na garantia de melhores empregos
- Manutenção das políticas de geração de emprego
- Reformulação das políticas do FAT e da Previdência para:
 - Adaptar à nova realidade do mercado de trabalho brasileiro
 - Permitir a manutenção dos direitos dos trabalhadores e políticas sociais
 - Reduzir a rotatividade do trabalho
 - Avançar nas políticas ativas de reinserção no mercado de trabalho
 - Alinhar com padrões internacionais
 - Eliminar excessos e corrigir distorções

Alterações

1. Abono Salarial
2. Seguro-Desemprego
3. Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal
4. Pensão por Morte
5. Auxílio-Doença

Abono Salarial

- O abono salarial é pago ao trabalhador que recebeu até 2 (dois) salários mínimos e que tenha trabalhado pelo menos 30 dias no ano base
- O benefício trata de forma igual quem trabalha 30 dias em um ano e quem trabalha o ano inteiro
- Quando o atual abono foi criado, em 1990, o valor real do salário mínimo era muito baixo e não existia o Bolsa Família

Abono Salarial

- Elevar a carência de 01 mês para 06 meses ininterruptos de trabalho no ano base
- Pagar o abono proporcionalmente ao tempo trabalhado no ano base (da mesma forma como o 13º salário)
- Ajuste no calendário de pagamentos

Seguro-Desemprego

- Elevar o período de carência de 06 meses para 18 meses na 1ª solicitação, 12 meses na 2ª solicitação e manter em 06 meses na 3ª solicitação

Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal

- O seguro defeso é um benefício de um salário mínimo para os pescadores que exercem atividade exclusiva e de forma artesanal.
- O fato gerador do benefício é a instituição do defeso que é o período em que a pesca é proibida para permitir a reprodução da espécie.
- Existem problemas na sua concessão e insegurança jurídica:
 - Foram identificados acúmulo de benefícios
 - Decisões judiciais tem estendido o benefício para não pescadores
 - Crescimento injustificado por falta de critérios objetivos para a comprovação da habilitação
- Objetivo é garantir o benefício exclusivamente a quem é de direito

Medidas de alteração no Seguro-Desemprego Pescador Artesanal

- Vedar acúmulo de benefícios assistenciais e previdenciários de natureza continuada com o seguro defeso
- Incluir carência de 3 anos a partir do registro do pescador
- Comprovar a comercialização da produção ou recolhimento previdenciário ambos pelo período mínimo de 12 meses ou período entre defesos
- Vedar o seguro aos familiares do pescador que não preencham as condições exigidas
- Atribuir a habilitação para o INSS
- Vedar o acúmulo de diferentes defesos para receber o benefício
- Criação do Comitê Gestor do Seguro Defeso

Pensão por Morte

As alterações não se aplicam aos atuais pensionistas

Pensão por Morte

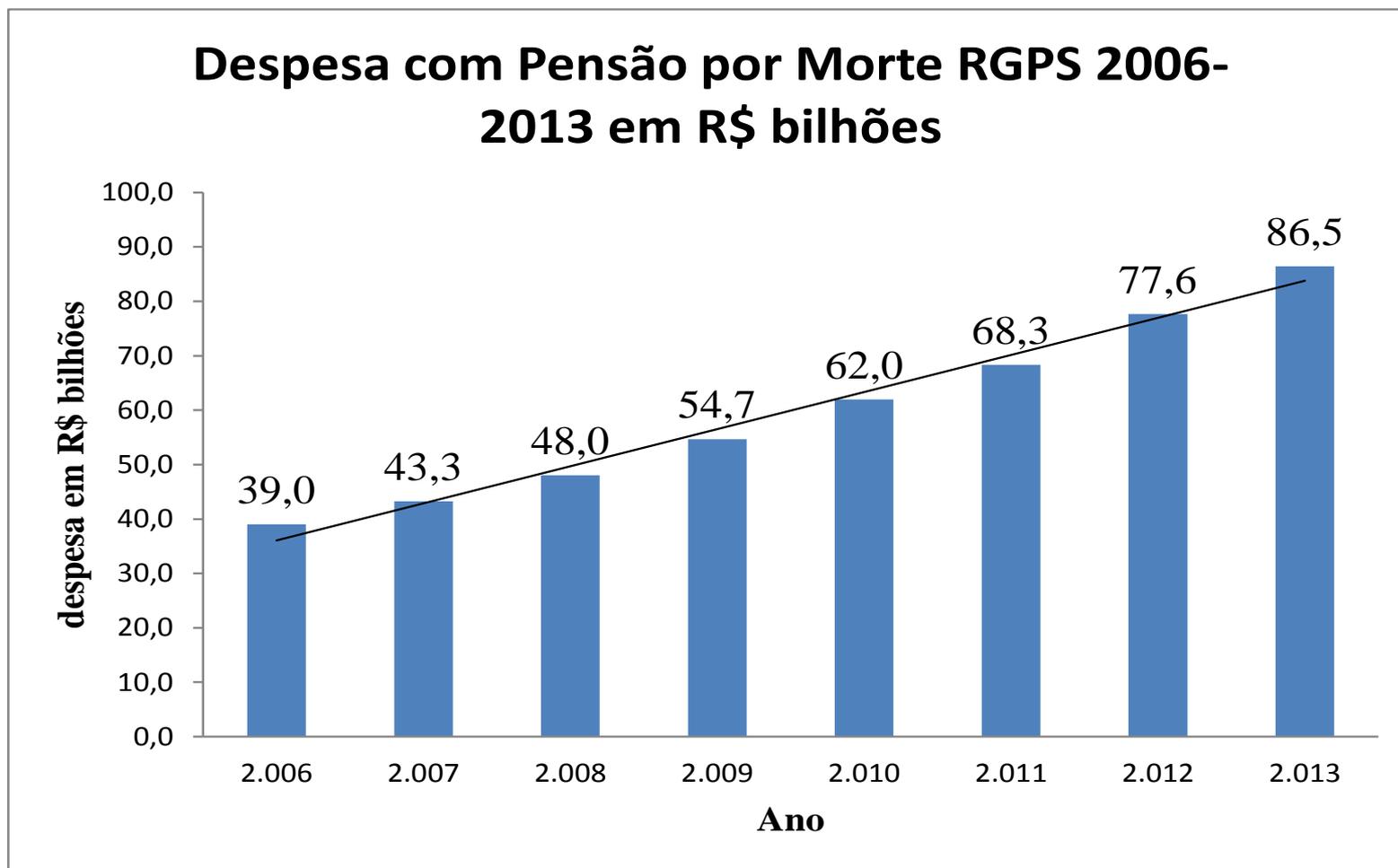
- A pensão por morte é um benefício de risco que é concedido ao dependente em caso de falecimento do segurado
- Objetivo do benefício:
 - Evitar a súbita queda do bem estar da família após o óbito do segurado
 - Garantir uma renda mínima à família do segurado

Experiência internacional

Estudo do MPS com uma amostra de 132 países:

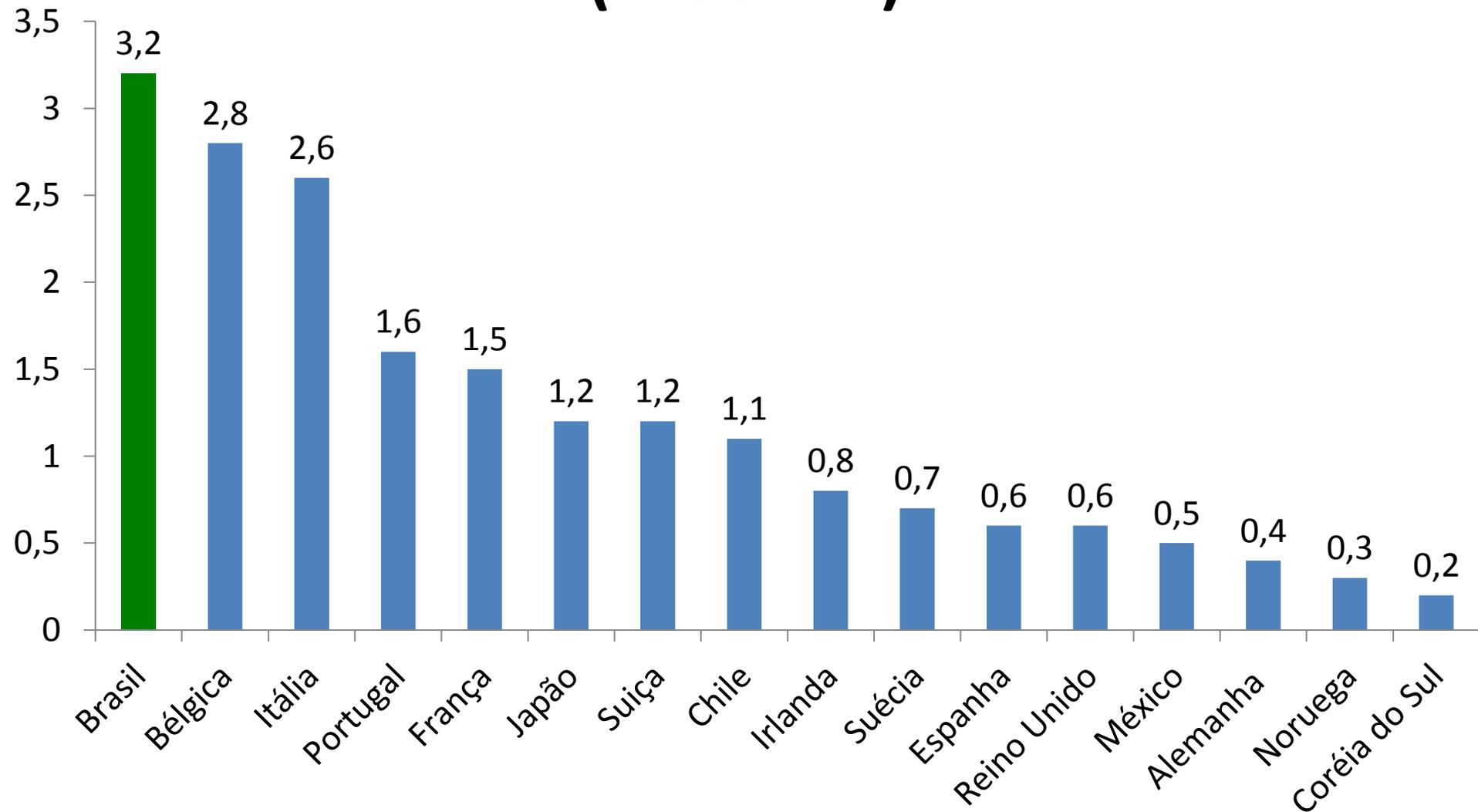
- Carência: 78% dos países possuem alguma regra de carência
- Valor do benefício: 82% dos países adotam regra que limitam o valor do benefício (taxa de reposição)
- Condicionalidades para cônjuges e companheiros: 77% dos países estabelecem requisitos:
 - Exigência de idade mínima (41% dos países)
 - Tempo mínimo de casamento ou união estável (31% dos países)
 - Cessaçãõ do benefício com novo casamento (55% dos países)

Quanto o Brasil gasta com Pensão por Morte?



Fonte: MPS – despesa bruta com créditos emitidos na concessão e desconto de consignado.

Pensão Por Morte – Comparação Internacional (% do PIB)



Pensão por Morte

- Carência de 24 meses de contribuição para acesso à pensão previdenciária por morte
 - Exceções para casos de acidente de trabalho e doença profissional ou do trabalho
- Exigência de tempo mínimo de casamento ou união estável (2 anos)
 - Exceção para os casos em que o óbito tenha ocorrido em função de acidente de trabalho depois do casamento (mas antes dos 2 anos) ou para o caso de cônjuge/companheiro incapaz/inválido
- Nova regra de cálculo do benefício, reduzindo do patamar atual de 100% do salário-de-benefício para 50% + 10% por dependente até limite de 100% e com fim da reversão da cota individual de 10%;
 - Exceção para órfão de pai e mãe
 - Benefício mínimo continua sendo um salário mínimo –hoje 57,4% das pensões correspondem a 1 salário mínimo

Pensão por Morte

- Exclusão do direito a pensão para dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado na morte do segurado

- Fim do benefício vitalício para cônjuges jovens
 - vitalício para pessoas com até 35 anos de expectativa de sobrevida
 - a partir desse limite, a duração do benefício dependerá da expectativa de sobrevida
 - Exceção para cônjuge inválido, que terá direito a pensão vitalícia independentemente da sua expectativa de vida

Pensão por Morte

Idade de referência*	Expectativa de Sobrevida (anos)	Duração Pensão (anos)
44 anos ou mais**	Até 35	vitalício
39 a 43 anos	Entre 35 e 40	15
33 a 38 anos	Entre 40 e 45	12
28 a 32 anos	Entre 45 e 50	9
22 a 27 anos	Entre 50 e 55	6
21 anos ou menos	Maior que 55	3

* Com base na atual projeção do IBGE de expectativa de sobrevida

** Hoje, 86,7% das pensões concedidas estão nesta condição

Extensão das mudanças para o regime de previdência dos servidores públicos

- Carência de 24 meses para pensão por morte previdenciária e auxílio-reclusão
- Exigência de tempo mínimo de casamento ou união estável (2 anos)
- Fim do benefício vitalício para cônjuges jovens
- Valem as mesmas exceções aplicadas ao Regime Geral
- Obs: hoje só se paga 70% do valor do benefício que excede o teto do RGPS. A partir de 2013, os ingressantes do FUNPRESP recebem segundo as regras do regime de capitalização

As alterações não se aplicam aos atuais pensionistas

Auxílio-Doença

As alterações não se aplicam aos atuais beneficiários

Auxílio-Doença

- Aumento do prazo de afastamento pago pelo empregador antes do início do pagamento do auxílio-doença pelo INSS de 15 para 30 dias para segurados empregados
- Estabelecimento de teto no valor do Auxílio-Doença equivalente à média das últimas 12 contribuições
- Permissão para estabelecimento de convênios com empresas que possuem serviço médico sob supervisão do INSS

TRANSPARÊNCIA

Todos os benefícios concedidos e respectivos beneficiários do abono salarial, seguro-desemprego e seguro-desemprego do pescador artesanal serão disponibilizados na internet, a exemplo do que já acontece com o Bolsa Família